



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CAMPUS JOÃO PESSOA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB-IFPB
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO 2ª
LÍNGUA PARA SURDOS NA MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

RAQUEL RODRIGUES DE ANDRADE SILVA

O PERFIL DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA SURDOS:
Possibilidades e discussões

JOÃO PESSOA

2020

RAQUEL RODRIGUES DE ANDRADE SILVA

**O PERFIL DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA SURDOS:
Possibilidades e discussões**

TCC-Artigo apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Campus João Pessoa, Polo DUAS ESTRADAS, para obtenção do título de Especialista em Ensino de Língua Portuguesa como 2ª língua para Surdos, sob a orientação da Profa. Me. Nídia Nunes Máximo.

JOÃO PESSOA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação –
CIP Biblioteca Nilo Peçanha – IFPB, *Campus* João
Pessoa

S586p

Silva, Raquel Rodrigues de Andrade.

O perfil do professor de língua portuguesa para surdos :
possibilidades e discussões / Raquel Rodrigues de Andrade
Silva. – 2020.

17 f.

Artigo (Especialização em Ensino de Língua Portuguesa
como 2ª Língua para Surdos) – Instituto Federal da Paraíba –
IFPB / Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação.
Diretoria de Educação a Distância.

Orientadora: Profa. Ma. Nídia Nunes Máximo.

1. Língua portuguesa-Ensino. 2. Formação de professores. 3.
Libras. 4. Alunos surdos. I. Título.

CDU 811.134.3:376

RAQUEL RODRIGUES DE ANDRADE SILVA

**O PERFIL DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA
PARA SURDOS: Possibilidades e discussões**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora, do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), para obtenção do título de Especialista em Ensino de Língua Portuguesa como 2ª Língua para Surdos.

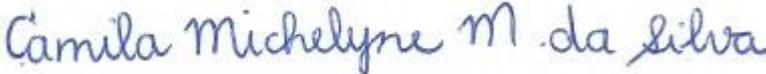
João Pessoa, 21 de dezembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA



Nidia Nunes Máximo
Coord. de Letras LIBRAS
Departamento de Letras
SIAPE: 2143407

Profa. Ma. Nidia Nunes
Máximo Orientadora –
UFPE



Profa. Ma. Camila Michelyne Muniz da
Silva Avaliadora – UFPE



Prof. Dr. José Moacir Soares da Costa Filho
Avaliador – IFPB

O PERFIL DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA SURDOS: Possibilidades e discussões

Raquel Rodrigues de Andrade Silva¹

Nídia Nunes Máximo²

Resumo: Esta pesquisa apresenta como objeto de estudo o perfil do professor de Língua Portuguesa para surdos, cujo objetivo é analisar qual é o perfil do professor que ministra Língua Portuguesa como segunda língua, a partir de uma pesquisa bibliográfica, cuja abordagem é qualitativa. Os estudos se pautaram a luz de um referencial teórico com embasamentos legais conforme a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, o Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005 e outros documentos oficiais, bem como pelas discussões sobre os saberes docentes na formação dos professores de Tardif (2002), Spada (2004) e outros estudos. Como instrumento de análise utilizamos alguns artigos publicados no Portal de Periódicos da Capes entre os anos de 2018 á 2020. Para realizar a busca, utilizamos como descritores: fluência em Libras, vivência na comunidade surda, formação acadêmica especializada. Como resultado, foram encontrados 15 artigos no seu total, os quais foram submetidos aos critérios de inclusão e exclusão, a fim de compor a discussão. A conclusão desta pesquisa registra que o professor de Língua Portuguesa para surdos necessita de uma formação acadêmica especializada, com fluência em Libras e competências e habilidades linguísticas que podem ser adquiridas nos cursos de formação para, de fato, serem efetivadas na prática docente.

Palavras-chaves: Formação profissional; Libras; Ensino.

Abstract: This research presents as an object of study the profile of the Portuguese Language teacher for the deaf, whose objective is to describe what is the desired formation of this professional who teaches Portuguese as a second language. It is a qualitative research of the bibliographic type. The studies were guided by a theoretical framework with legal bases in accordance with Law No. 10,436, of April 24, 2002, Decree No. 5,626, of December 22, 2005 and other official documents, as well as the discussions about teaching knowledge in the training of teachers from Tardif (2002), Spada (2004) and other studies. As an instrument of data analysis, we used some articles published in the Capes Journal Portal between the years 2018 to 2020. To perform the search, we used as descriptors: fluency in Libras, experience in the deaf community, specialized academic training. As a result, 15 articles were found in total. The conclusion of this research registers that the Portuguese language teacher for the deaf needs a specialized academic training with competence and fluency in Libras and that these language skills are acquired in training courses in order to be effectively carried out in teaching practice.

Key words: Professional qualification; Pounds; Teaching.

1. Introdução

¹ Graduada em Pedagogia pela (UFPB)- Campus III

² Professora de Linguística (UFPE), Doutoranda em Letras/Linguística (PPGL/UFPE), Mestre em Letras/Linguística (PPGL/UFPE)

A presente pesquisa tem como objeto de estudo o perfil do professor de Língua Portuguesa para surdos. Sua origem se deu a partir da minha trajetória de formação no Curso de Especialização em ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para surdos- IFPB, no qual tive a oportunidade de aprofundar, construir conhecimentos sobre o perfil formativo que um docente deve ter para trabalhar com alunos surdos.

Interessei-me ³ por este tema porque, no campo da minha atuação como docente da educação básica, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nunca tive alunos surdos em sala de aula, e caso os tivesse, iria me sentir impotente, sem saber como agir e de que forma mediar o processo de ensino.

Desse modo, pensando na possibilidade de um dia atuar com alunos surdos, despertou-me o interesse por pesquisar, estudar e buscar compreender mais a fundo esse processo de formação profissional, e de certa forma, as políticas públicas, as quais direcionam o funcionamento da educação desses sujeitos.

No âmbito escolar com alunos surdos, quando o professor não possui uma formação adequada para ensinar a Língua Portuguesa, quando não utiliza estratégias metodológicas, ou seja, uma metodologia voltada para o ensino de segunda língua, dificulta conseqüentemente a aprendizagem destes indivíduos, fazendo com que as práticas de letramento social sejam afetadas e não desenvolvidas por completo, pois a maioria dos professores que ministram a Língua Portuguesa possui uma formação voltada para o ensino da Língua materna e não para a segunda língua.

Diante disto, passei a me questionar: Quais conhecimentos, saberes linguísticos e metodológicos são necessários para um professor de Língua Portuguesa como segunda língua para surdos?

Nessa perspectiva, apresentamos como objetivo geral analisar o perfil para um professor de Língua Portuguesa como segunda língua para surdos, a partir de uma pesquisa bibliográfica. Os objetivos específicos, por sua vez, são: 1) Identificar o tipo de formação necessária para um professor de Língua Portuguesa para surdos; 2) Descrever características que poderiam compor o perfil do professor de Língua Portuguesa para surdos.

³ Optei (neste parágrafo) por escrever na primeira pessoa do singular visto que a motivação para a escolha desse tema é bem particular, oriunda da minha experiência como educadora. Aqui senti a necessidade de colocar a minha voz nesse momento da escrita.

Acredito que esta pesquisa apresenta relevância para os profissionais que atuam na educação de um modo geral, especificamente os que atuam diretamente com alunos surdos, pois tem como intuito promover a possibilidade de uma aprendizagem mais significativa, na qual busca o respeito à cultura, a identidade, a subjetividade das pessoas surdas.

Desta forma, traremos um apanhado geral sobre o perfil do professor que ensina Língua Portuguesa, defendendo a ideia de que sua formação para o ensino dos Anos Iniciais deve ser em Pedagogia e, em Letras, para o Ensino Fundamental II e médio.

Assim também, descreveremos o perfil desejado para um professor de Língua Portuguesa como segunda língua para surdos, apontando para uma metodologia de ensino diferenciada para estes sujeitos.

2. A formação profissional do docente de Língua Portuguesa

Compreender a docência é entender que o professor como sujeito possui diferentes saberes e conhecimentos constituídos ao longo de sua carreira e são eles quem aponta a prática educativa.

Corroborando com esse pensamento, Tardif (2002, p. 36) expõe que “[...] a relação dos docentes com os saberes não se reduz a uma função de transmissão dos conhecimentos já constituídos. Sua prática integra diferentes saberes, com os quais o corpo docente mantém diferentes relações”.

Nesse entendimento, é preciso compreender que a docência é muito mais do que ensinar e transmitir conteúdos, a ação docente requer intencionalidade, um direcionamento para se chegar a um fim, ou seja, agir de forma adequada para se alcançar objetivos que são essenciais no processo de ensino e aprendizagem. Assim, o ato de ensinar e aprender requer um olhar com cuidados pedagógicos.

Ao nos referirmos ao professor de Língua Portuguesa, é preciso compreender que a sua formação exige conhecimentos específicos para atuar nesta área, sendo necessário um maior aprofundamento quanto aos estudos da língua.

Em se tratando da formação dos profissionais para atuarem na Educação Básica, consultamos alguns documentos oficiais, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), em seu artigo 62, ressalta que:

Art. 62º. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em

universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 1996)

Sabemos que a formação de professores é um processo contínuo e sistematizado, é uma aprendizagem permanente que inclui toda a carreira docente, desde a sua formação inicial. Dessa forma, observamos que a formação mínima para um professor atuar na área da Educação Infantil e no Ensino Fundamental Anos Iniciais deve ser na modalidade Normal em nível médio ou em Pedagogia.

Com relação ao ensino da Língua Portuguesa nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, essa formação far-se-á em Letras, na qual se trabalha o uso e a função da Língua. De forma mais abrangente, este ensino precisa abarcar eixos temáticos como leitura, escrita, análise linguística e oralidade, conhecimentos específicos adquiridos no curso de formação, os quais são necessários para a preparação deste profissional.

Esse processo de formação é primordial para o ensino desta disciplina, visto que uma formação adequada permite que o docente adquira maior competência e habilidades, garantindo um ensino/aprendizagem mais consistente.

Aprender e ensinar a Língua Portuguesa é algo muito complexo. Nesse contexto, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), considera o ensino e a aprendizagem dessa Língua, como uma “[...] prática pedagógica, resultantes da articulação três variáveis: o aluno, o conhecimento e o professor” (BRASIL, 1998, p. 22).

No que se refere ao professor, um dos elementos dessa tríade, o documento mencionado destaca que:

Ao professor cabe planejar, implementar e dirigir as atividades didáticas, com o objetivo de desencadear, apoiar e orientar o esforço de ação e reflexão do aluno, procurando garantir aprendizagem efetiva. Cabe também assumir o papel de informante e de interlocutor privilegiado, que tematiza aspectos prioritários em função das necessidades dos alunos e de suas possibilidades de aprendizagem.

Nessa concepção, observamos que o papel do professor é organizado a partir da mediação entre o sujeito e o objeto de conhecimento. Essa mediação deve ser uma ação reflexiva que permita ao sujeito a capacidade de utilizar a língua de formas variadas, a

fim de que os aprendizes possam alcançar o desenvolvimento das habilidades e competências linguísticas⁴.

Contudo, consideramos que a Língua Portuguesa deve ser concebida não somente como o estudo sistematizado da gramática, mas por um conjunto de conhecimentos linguísticos efetivados a partir de situações concretas de interação social.

Sabemos que não existe uma receita pronta, definitiva para o ensino de língua ou de qualquer outra natureza, mas é necessário que o professor tenha uma formação específica. Sobre esses aspectos, Spada (2004) em uma entrevista sobre os estudos da linguagem, revela que uma formação em Linguística é muito importante para os professores de língua, pois eles conseguem compreender os aspectos formais, funcionais, pragmáticos e sociolinguísticos da linguagem.

Em se tratando do ensino da Língua Portuguesa para alunos surdos, destacamos que a sua apreensão não deve ser concebida da mesma maneira que aos alunos ouvintes, pois para estes, ela é a língua materna, enquanto para os surdos é apresentada como segunda língua. Isto aponta para uma metodologia de ensino diferenciada, e esses aspectos, serão discutidos na próxima seção.

2.1 O professor de Língua Portuguesa para Surdos

Historicamente, as pessoas surdas eram consideradas inferiores as demais pessoas da sociedade. No campo educacional, os métodos de oralização, cuja finalidade era fazer o surdo falar e ler lábios, assim como a gestualidade, foi por muito tempo, técnicas e metodologias utilizadas para o desenvolvimento da linguagem.

Partindo desta concepção, Skliar (1997), afirma que o oralismo era considerado pelos estudiosos uma imposição social de uma maioria linguística sobre uma minoria linguística. Dentro desse contexto, a língua falada era condição para que a pessoa surda pudesse ser reconhecida pela sociedade.

Com o passar do tempo, mudanças no conceito sobre a surdez, estudos sobre a linguagem com ênfase na comunicação, foram uns dos principais focos para o surgimento de um novo modelo, o bilinguismo. Essa modalidade é uma proposta de ensino que assegura aos sujeitos surdos acessar duas línguas no contexto escolar, a

⁴ De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa, Competência linguística refere-se aos saberes que o falante/intérprete possui sobre a língua de sua comunidade e utiliza para construção das expressões que compõem os seus textos, orais e escritos, formais ou informais, independentemente de norma padrão, escolar ou culta.

língua de sinais, como sendo a primeira língua e o ensino do Português como a segunda língua.

No caso do Brasil, esse reconhecimento foi assegurado pela Lei nº 10.436/02, na qual reconhece a LIBRAS como a língua oficial das pessoas surdas. O artigo 1º desta referida lei apresenta que:

Art. 1º - É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Essa nova conjuntura, reconhece que a LIBRAS é uma língua com estruturas próprias, uma representação cultural, o que assegurou aos surdos lutar por seus direitos na educação. Esses direitos foram ainda mais solidificados com o decreto de nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 que intensificou o uso e a difusão da língua de sinais não somente aos surdos, mas também aos professores e as instituições que atendem a esse público, ao afirmar que:

Art.14º - As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidade de educação, desde a educação infantil até à superior. (BRASIL 2005, p. 03)

Essas mudanças narram uma nova história, um novo olhar na educação de sujeitos surdos, reafirmando a sua identidade e subjetividade.

Esse mesmo Decreto estabelece entre outros aspectos, que as escolas tenham professores para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas, como também um professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade linguística manifestada pelos alunos surdos.

Assim, é necessário um modelo de educação diferenciado, com propostas curriculares que atendam às especificidades educacionais desses sujeitos. É nesse sentido que a educação bilíngue se caracteriza como o método mais adequado na escolarização dos surdos.

Para Skliar (1997), a educação bilíngue para surdos pressupõe a coexistência de duas línguas no espaço escolar, em que a Libras é considerada como língua natural desses

indivíduos e a LP deve ser ensinada na modalidade escrita apenas. O autor ainda destaca que a Libras é a língua através da qual a pessoa surda constrói sua identidade e que essa língua está ligada a uma cultura própria também. Isso aponta para a necessidade do professor de LP para surdos ser fluente na Libras e ter vivência na comunidade surda, para que o ensino dessa língua considere o modo de ser e de estar do mundo das pessoas surdas.

Na perspectiva bilíngue (QUADROS, 1997), o ensino de LP para surdos deve ter a Libras como língua de instrução porque é a língua natural desses indivíduos. O foco das aulas de LP deve estar no desenvolvimento das práticas de leitura e escrita, como podemos perceber abaixo:

Os conteúdos devem ser trabalhados na língua nativa das crianças, ou seja, na Libras. A língua portuguesa deverá ser ensinada em momentos específicos das aulas e os alunos deverão saber que estão trabalhando com o objetivo de desenvolver tal língua. Em sala de aula, o ideal é que sejam trabalhadas a leitura e a escrita da língua portuguesa [...] (QUADROS, 1997, p. 32).

Neste sentido, a partir de Máximo (2020), entendemos que o professor de LP para surdos deve focar suas aulas nos usos da língua por meio dos gêneros textuais, a partir de uma concepção de linguagem como atividade, para que os alunos possam ampliar suas formas de interação por meio da linguagem.

Isso pode ser reforçado se olharmos para a dificuldade histórica (GOLDFELD, 2002) que os alunos surdos passaram práticas educativas que não valorizaram sua língua natural. Neste sentido, reforçamos o lugar da Libras nas aulas de LP para surdos como uma ferramenta motivadora das reflexões sobre a linguagem nas interações sociais.

As perguntas motivadoras “o que ensinar?”, “para que ensinar?”, “como ensinar?” passam a ser a base para o professor de LP para surdos como um pesquisador da própria prática pedagógica. Isso é possível através de formação, o que pode ajudá-lo a adquirir novos padrões didáticos e metodológicos. Assim, entendemos que essas perguntas podem apontar para algumas características necessárias para o professor de LP para surdos, como a fluência na Libras, a vivência na comunidade surda e a formação especializada.

Assim, a formação em Linguística apontada por Spada (2004), é fundamental para entendermos os esforços feitos pelo aluno para aprender a língua alvo.

Isso pode fazer com que o professor tenha a sensibilidade de lidar com os erros do aluno surdo como uma manifestação do desenvolvimento do processo de aquisição da LP escrita. Dessa forma, o professor precisa possuir um conhecimento avançado na LP, na Libras e ser capaz de didatizar esse conhecimento, ou seja, de tornar esse conhecimento compreensível para o aluno surdo.

3. Metodologia

Nessa parte apresentamos o percurso metodológico da nossa pesquisa discutindo sua abordagem e o tipo de pesquisa.

Segundo Minayo, (2001, p.16) “[...] metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Nesse sentido, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas”. Já par Gil (2008, p. 27), “[...] método é o caminho para se chegar a um determinado fim. [...] o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”. Essas técnicas e concepções teóricas possibilita a construção do conhecimento sobre um determinado objeto. Assim, a nossa pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, que de acordo com Minayo (2001, p. 21), “responde a questões muito particulares”.

Em relação ao tipo de pesquisa, optamos pela bibliográfica procurando por meio dela compreender o nosso objeto de estudo. Nessa perspectiva Gil (2008), destaca que “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Deste modo, realizamos uma pesquisa exploratória a partir da consulta em um repositório de produções científicas, a saber: no Portal de Periódicos da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e no seu Banco de Teses e Artigos entre o período de 2018 a 2020, onde localizamos 15 artigos relacionados ao ensino de Língua Portuguesa para surdos. Para realizar a busca, foram utilizados alguns descritores como: fluência em Libras onde localizamos (02 artigos); vivência na comunidade surda com (08 artigos); formação acadêmica especializada (05 artigos).

4. Análise e discussões

Com a obtenção dos dados foi preciso organizar as informações coletadas para que pudéssemos analisá-las e interpretá-las, ou seja, foi essencial que os dados coletados fossem classificados sob determinados critérios.

Nesse sentido, após uma leitura exploratória dos trabalhos publicados pelo Portal de Periódicos da Capes, definimos quais estudos atendiam a temática da nossa pesquisa, então classificamos esses três descritores anteriormente mencionados, para compor as categorias das análises dos dados, sendo: fluência em Libras no qual para efeito de análise incluiremos os 02 artigos publicados; vivência na comunidade surda com abordagem em 01 artigo; formação acadêmica especializada, cuja abordagem não foi possível selecionar nenhuma publicação dos 05 artigos encontrados.

Contudo, detalharemos cada categoria na seção a seguir.

4.1 Fluência em Libras

Para que a aprendizagem dos alunos surdos seja de fato efetiva é preciso respeitar o potencial linguístico, cognitivo e social desses sujeitos. E um dos principais requisitos para que isto aconteça constitui-se em uma formação devida, na qual professores sejam habilitados e assim possam ser capazes de produzir aprendizagens que gerem independência.

Com relação à fluência em Libras, encontramos duas publicações no Banco de dados da Capes. Tais estudos corroboram por uma educação bilíngue de qualidade, que contemplem aspectos culturais e identitários das pessoas surdas. Destacam ainda que, enquanto a criação de escolas bilíngues não é amplamente difundida no país, a presença de Tradutores e Interpretes de Libras, supre a necessidade inclusiva proposta pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96).

Ressaltam também, que nem todos os Tradutores e Interpretes de Libras possuem nível profissional para atuar em determinadas áreas acadêmicas e que não existem regras específicas que padronizem a atuação desses profissionais, pois a legislação é muito abrangente. O decreto de nº5.626/2005 declara apenas que:

Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, a formação de tradutor e intérprete de Libras-Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de: I -cursos de educação profissional; II -cursos de extensão universitária; e III -cursos de formação continuada promovidos por

instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação. (BRASIL, 2005).

Partindo desse entendimento, é importante destacar que o Tradutor e Interprete de Libras é um facilitador no processo de aprendizagem dos alunos surdos, pois contribuem para uma melhor comunicação e socialização entre todos da turma, entre a comunidade escolar.

Este mesmo Decreto, (BRASIL 2005, art.8º, parágrafo 2º), ainda destaca que o instrutor ou o professor para a função docente só estará habilitado mediante a certificação de proficiência em Libras. Proficiência esta, que engloba vários conhecimentos como, por exemplo, o domínio científico da língua com seus aspectos linguísticos e gramaticais, como também a competência da própria fluência em Libras.

No que se referem ao percurso formativo destes profissionais, os artigos estudados destacam que tanto o professor regente quanto o Tradutor e Interprete de Libras, precisam apropriar-se, conhecer profundamente as línguas envolvidas e apontam para a importância de uma boa fluência em Libras, já que as aulas de Língua Portuguesa para surdos necessitam ser ministradas em sua língua materna.

4.2 Vivência na comunidade surda

Com o descritor vivência na comunidade surda localizamos no Portal de Periódicos da Capes, oito artigos. Dentre eles, selecionamos uma (01) publicação para compor a nossa análise. Sobre as demais publicações referentes a este descritor, vale ressaltar que utilizamos como critério de exclusão: artigos indisponíveis em Língua Portuguesa ou que não faziam referência ao ensino/aprendizagem de pessoas surdas.

Como critério de inclusão, escolhemos a pesquisa cuja temática aborda sobre as práticas pedagógicas adotadas no processo de alfabetização de alunos surdos. Assim, daremos ênfase unicamente a esta publicação destacando algumas considerações apontadas pelos autores sobre a categoria supracitada.

Nesse sentido, os autores identificam em seus estudos que o surdo se sente mais a vontade para trocar informações, significados, comportamentos, valores éticos e sociais no encontro com os seus pares, nas comunidades surdas que usam a Libras. Consideram ainda que o maior elo dentro dessa comunidade é a língua natural, a Libras.

Partindo desse entendimento, nota-se que os surdos conseguem interagir melhor dentro desses espaços de relação, em que os indivíduos usam a língua para comunicar suas vivências, experiências, informações.

Diante do exposto é importante dizer que, o professor precisa ter conhecimento desse desenvolvimento histórico na educação dos surdos e um desses saberes é o conhecimento da comunidade surda, da sua cultura, da sua história.

Para Tardif (2002, p.263) os saberes dos professores “[...] são plurais e heterogêneos, isso por que um professor raramente tem uma teoria ou concepção unitária de sua prática, ao contrário, eles utilizam muitas teorias, concepções e técnicas, conforme a necessidade”. Isso nos permite compreender que a ação ou o trabalho desenvolvido, exige do professor vários tipos de conhecimento, de competência e aptidão.

A pesquisa ainda aponta que a Libras quando é adquirida pelas crianças, apreendida naturalmente e estimulada no meio social a partir do contexto em que vivem, torna-se um requisito essencial para o aprendizado da segunda língua, no caso, a Língua Portuguesa, o que facilita o processo de alfabetização.

Destaca também que a proposta de educação bilíngue é considerada a mais adequada para ensinar as crianças surdas e, que nem todas as escolas estão preparadas para atender tamanha demanda, que não é tarefa fácil, que faltam profissionais capacitados.

Como vimos antes a partir de Skliar (1997), na perspectiva bilíngue o ensino de LP para surdos precisa considerar a Libras, a cultura e a identidade das pessoas surdas como algo que pode ajudar os alunos surdos a adquirirem a LP escrita.

4.3 Formação acadêmica especializada

Compreendemos que a formação de professores é um elemento fundamental para a melhoria da qualidade do ensino, pois é a partir dessa formação que o professor vai adquirindo habilidades e competências necessárias para a prática educativa.

O saber docente começa na formação inicial e vai se concretizando ao longo do exercício da docência.

No que se refere à categoria formação acadêmica especializada, foram encontrados cinco artigos com este perfil. Contudo, após uma leitura exploratória e completa dos trabalhos, verificamos que os mesmos não contemplam os objetivos da

nossa pesquisa por tratarem de formações acadêmicas mais gerais e não voltadas para a especialidade em Libras. Assim, ressaltamos que no período de 2018 a 2020 não encontramos nenhuma referência para o descritor (formação acadêmica especializada em Libras).

No entanto destacamos que, quando se trata da formação especializada para o professor de Língua Portuguesa para surdos, não podemos ficar atrelados a este perfil muito abrangente, pois não atendem as especificidades dos alunos surdos. É importante evidenciar que, quem ministra esta disciplina para surdos possua formação específica.

Quadros (1997), expõe que na educação de pessoas surdas é necessário profissionais especializados e que possuam algumas características, tais como:

- a) o professor deve conhecer aspectos das línguas requeridos para o ensino da escrita, além de ter bom desempenho comunicativo;
- b) o professor deve respeitar as duas línguas, isso não significa tolerar a existência de uma outra língua, reconhecendo o estatuto linguístico comum a elas e atentando às diferentes funções que cada língua apresenta para a criança.

Essas características já foram de certa forma, mencionadas nos documentos oficiais (Lei nº 10.436/02 e o Decreto de nº5.626/2005). Nesta ótica percebe-se mais uma vez o compromisso e a sensibilidade deste profissional para com os aspectos da diversidade e da cultura surda.

Ainda destacamos o papel de uma formação em Linguística como mostra (2004) para qualquer professor de língua. Isso mostra, mais uma vez, que o professor de LP para surdos precisa ter uma formação voltada para ensinar LP como segunda língua para surdos, a qual pode ser desenvolvida através de uma formação em Linguística além de outros conhecimentos necessários como mostra Quadros (1997) e os documentos oficiais que citamos acima.

Considerações finais

A presente pesquisa objetivou descrever o perfil desejado do professor de Língua Portuguesa para surdos, com o intuito de identificar o tipo de formação necessária para este profissional, bem como as competências e habilidades linguísticas inerentes neste processo.

Nessa perspectiva e em meio à análise dos dados, foi possível constatar a importância de uma formação continuada do docente de Língua Portuguesa para surdos. Os documentos legais aqui apresentados, sendo eles a Lei nº 10.436/02, o decreto de nº 5.626/05, destacam para uma formação em Pedagogia, com curso de Pós-graduação ou formação superior, certificado de proficiência em Libras promovido pelo Ministério da Educação, com conhecimentos e fluência em Libras e em Língua Portuguesa.

Apesar de a legislação ser muito abrangente nesse sentido e conter algumas limitações com relação à formação do professor, sem ela os problemas seriam ainda maiores.

Partindo desta concepção, destacamos que o professor quando possui uma formação específica, terá mais facilidade quanto ao uso e a função da língua. Os conhecimentos construídos a partir dos cursos de formação contribuem significativamente para uma mudança de perspectiva. Assim, a formação se caracteriza como um importante instrumento de construção da língua, dos processos de ensino e aprendizagem, da reflexão de sua própria prática.

As pesquisas estudadas ressaltam que o método bilíngue é o mais adequado à formação educacional dos surdos e que somente os profissionais capacitados são os que devem estar à frente da escolarização desses sujeitos.

Nesse contexto, pode-se dizer que os objetivos propostos foram alcançados e que a intenção de construir um maior aprofundamento em relação a temática foi contemplada, mas a conclusão desta pesquisa não se encerra em si, outras inquietações relativas à educação dos surdos e a busca por mais informações poderão surgir.

Nesse contexto, esperamos que esta pesquisa seja relevante para os professores que atuam diretamente com alunos surdos, que desperte nestes profissionais o desejo de buscar uma formação adequada que seja capaz de promover uma aprendizagem mais significativa, na qual busca o respeito à cultura, a identidade, a subjetividade das pessoas surdas.

Referências

BRASIL. Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras - e dá outras providências. [[Links](#)]

BRASIL. Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. [[Links](#)]

BRASIL. Lei n.º 9.394/96 de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Cadernos de Educação**. Brasília: CNTE, ano 2, n.3, Mar. 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. 106 p.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. São Paulo: Plexus,2002.

MAXIMO, Nídia Nunes. **A produção de material didático para o ensino de língua portuguesa como L2 para surdos: objeto e objetivos**. João Pessoa: IFPB,2020

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

QUADROS, Ronice Müller de. Educação de surdos: aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997 – reimpressão 2008.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SKLIAR, C. Uma análise preliminar das variáveis que intervêm no Projeto de Educação Bilíngüe para os Surdos. Espaço Informativo Técnico Científico do INES, Rio de Janeiro, v. 6, 1997. [Links]

SPADA, Nina. Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Estrangeira: uma entrevista com Nina Spada. Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL. Vol. 2, n. 2, 2004. Tradução de Gabriel de Ávila Othero. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br].